



CHINA: país cujo PIB mais cresce, às custas da qualidade de vida

PIB fora do foco da Rio+20

Camila Nobrega
camila.nobrega@oglobo.com.br

Depois de economistas do mundo inteiro assumirem abertamente as falhas do Produto Interno Bruto (PIB) como medida comparativa de riqueza, tudo indicava que a discussão sobre novos indicadores teria destaque na Conferência do Clima, Rio+20, que acontecerá em junho e terá como tema principal a economia verde. Logo que o Rascunho Zero da conferência foi divulgado, na semana passada, quem está de olho no tema foi direto conferir o tópico sobre o PIB no documento. Veio a surpresa: parece que, em meio à crise econômi-

ca europeia, o assunto não é mais prioridade.

Apenas um pequeno tópico do documento diz: “Reconhecemos as limitações do PIB como uma medida de bem-estar. Concordamos em continuar a desenvolver e fortalecer indicadores complementares ao PIB que integrem as dimensões econômica, social e ambiental de um modo balanceado. Requisitamos que o Secretário-Geral estabeleça um processo em consulta com o Sistema da ONU e outras organizações relevantes”.

O economista José Eli da Veiga, do Núcleo Socioambiental da Universidade de São Paulo (USP), que alavanca a discus-

são no Brasil, reagiu com veemência ao documento:

— É estarecedor que o primeiro rascunho do texto de resoluções da Rio+20 seja tão incompetente. A atitude da própria coordenação dos trabalhos preparatórios da Rio+20 foi a de fingir que não viram o relatório lançado pelos economistas Stiglitz, Amartya Sen e Fitoussi sobre as limitações do PIB. Se fosse apenas o FMI e o Banco Mundial, seria até previsível. O problema é que a própria ONU entrou nessa.

O debate sobre a necessidade de medir a riqueza de um país de forma multidimensional existe desde a década de 1960 e

ganhou terreno ano passado, por causa da divulgação do relatório que resultou de uma comissão organizada pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy, reunindo dois economistas prêmio Nobel — Joseph Stiglitz e Amartya Sen —, além de Jean-Paul Fitoussi. O estudo apontou limitações do PIB, entre elas a impossibilidade de medir impactos ambientais, a ausência de avaliação de bem-estar, entre outras. Por exemplo, a produção de carros eleva o PIB, mas o indicador não mede a insatisfação de cidadãos com engarrafamentos. E atividades como mineração e extração de petróleo têm peso no PIB, sem se levar em conta os

prejuízos ao meio ambiente.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acompanha a discussão, mas ainda não tem esforços locais para estudar novas formas de medir riqueza. É notório, porém, entre economistas, que elevação da produção e crescimento econômico não significam necessariamente desenvolvimento social. É o que explicou o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea Cláudio Amitrano:

— Tomar o PIB como medida de riqueza é uma simplificação incorreta. Ele não é a soma das riquezas. Riqueza é um estoque de recursos acumulado ao longo do tempo. O

PIB mede a produção, os níveis de renda e o volume de gastos de nações, municípios e famílias. Mas sua renda acumulada representa todo seu bem-estar? Não. É a mesma coisa com o PIB.

Embora o Ipea ainda não tenha grupos específicos para pensar novas medições, Amitrano explicou que a instituição tem agido nos últimos anos para lidar com a complexa tarefa de analisar o fenômeno do desenvolvimento. O Ipea tem estudos que já pensam a pobreza sem analisar apenas a renda, e a sustentabilidade está sendo incorporada nos indicadores aos poucos, especialmente pelo componente ambiental.

— É preciso descobrir formas de gerar novas estatísticas que englobem questões sociais e ambientais. Mas já sabemos que a agenda ambiental é uma tendência no mundo. Uma das tarefas dos líderes de estado nos próximos anos será incluir essas questões junto com o PIB. Só que agora o debate sobre a crise econômica domina tudo, porque a solução é premente. Desacelerou a discussão sobre o PIB.

O presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato Maluf, economista que pesquisa a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento social, disse que a ideia não seria acabar com o PIB. O importante para ele é que as nações assumam que se trata de uma medida de riqueza enganosa e limitada na hora de analisar políticas públicas:

— O Brasil foi um dos países cujo PIB mais cresceu no período entre a década de 1930 e 1980. Mas foi também um dos países onde a desigualdade social mais se agravou no mesmo período. Por outro lado, agora o PIB do país cresce menos, e os benefícios sociais têm sido maio-

res. Não dá para desprezar o PIB, porque é uma boa medida de comparação. Mas nele estamos presos apenas àquilo que gera valor monetário. Isso precisa ser debatido.

O grande dilema na produção de novos indicadores é, no entanto, a forma de colocá-los em prática. Mas, segundo o economista Sérgio Besserman, presidente da Câmara de Desenvolvimento Sustentável e Governança da prefeitura do Rio de Janeiro, o importante é deixar de lado a ideia de fazer um indicador perfeito:

— Alguns economistas têm esse fetichismo por um indicador que possa substituir o PIB. Precisamos ampliar, olhar o mundo de forma mais plural. O custo de emitir gases de efeito estufa tem que entrar nas mercadorias, e isso vai mudar toda a economia atual. Hoje, se você destrói a floresta amazônica numa atividade produtiva, você aumenta o PIB numa boa.

Para Besserman, a combinação de vários indicadores que meçam sustentabilidade pode ajudar no problema. Ele citou exemplos como a pegada ecológica e os relató-

rios Estado do Mundo feitos pelo World Watch Institute como complementos, além do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo economista Amartya Sen, que faz parte da comissão de Sarkozy:

— Aqui no Rio, por exemplo, se alguém vive num território controlado por milícias ou pelo tráfico, isso não tem que entrar no cálculo de bem-estar? O que estamos vivendo é um momento em que a sociedade diz “não é só a economia, estúpido” — disse Besserman, em alusão à frase “É a economia, estúpido”, popularizada por um marqueteiro da campanha do ex-presidente americano Bill Clinton, na década de 1990.

Há alternativas que estão surgindo, não exatamente para substituir o PIB por enquanto, mas para ajudar a pensar sobre os limites do indicador. Uma delas é o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), que vem sendo aplicado em comunidades e até em municípios. O FIB foi criado no Butão, país budista que o utiliza para avaliar o bem-estar de seus cidadãos. Integrante da discussão sobre o

indicador, a futurista Rosa Alegria explicou que o índice capta diferenças entre a prosperidade econômica e a felicidade dos cidadãos:

— O FIB precisa ser adaptado à realidade brasileira. A ideia não é trazer um índice budista e simplesmente aplicá-lo. Mas ajuda a pensar em medidas que ultrapassem os ganhos monetários de um país ou a renda de um cidadão. Há países como a Coreia do Sul, com o PIB elevado, onde o índice de suicídio infantil é alto. E a China, por exemplo, cresce poluindo o meio ambiente e causando doenças à população. O FIB tenta captar como as pessoas se sentem.

Para acompanhar a discussão, além do relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi, que está disponível na íntegra no site stiglitz-sen-fitoussi.fr, há outro movimento europeu que vale ser conhecido. É o “Beyond GDP”, em tradução literal “Além do PIB”, que busca discutir o tema para formular novos indicadores que possam medir qualidade de vida, recursos naturais, saúde e até mudanças climáticas. O site do movimento é beyond-gdp.eu.

ONG cria alternativa

Uma das alternativas ao PIB foi criada pela ONG Redefining Progress. A instituição criou o Índice de Progresso Genuíno (GPI). O indicador usa um sistema similar ao do cálculo do PIB, mas acrescenta informações. Entram no GPI fatores como trabalho doméstico e voluntário, exaustão de recursos não renováveis, poluição, mudanças no tempo disponível de lazer, vida útil de produtos, dependência de ativos estrangeiros, entre outros.

Além disso, na tentativa de captar desigualdades sociais e de distribuição de renda, o GPI cresce à medida que pessoas mais pobres recebem percentual maior da receita nacional; e decresce quando esse percentual cai.

Marcelo Piu



PANTANAL: perda de biodiversidade, em função de atividades produtivas não é contabilizada